



A promoção internacional do português brasileiro a partir das práticas do Programa de Leitorado

The international promotion of Brazilian Portuguese based on the practices by Programa de Leitorado

*Leilane Morais OLIVEIRA**

RESUMO: O presente artigo apresenta uma discussão relativa às ações desenvolvidas, no âmbito do Programa de Leitorado - uma das políticas linguísticas externas do Brasil, pelos sujeitos que lecionam a língua portuguesa e a cultura nacional neste contexto. Isso se dá a partir de dados recolhidos via questionário, aplicado por *Google Forms* a sujeitos que atuaram ou atuam nessa política, e também por meio de pesquisa documental, que foi realizada no Palácio do Itamaraty e que deu origem a aproximadamente 750 páginas de arquivos aqui discutidos em caráter de ineditismo. O objetivo é apresentar e discutir as ações que, nessa política linguística, caracterizam o trabalho dos profissionais atuantes, tanto em termos de ensino quanto de atividades extraletivas. De modo geral, os dados mostram que a política em questão cumpre, sob muitos aspectos, a sua função de internacionalizar a língua e a cultura do país. No entanto, também esclarecem que algumas fragilidades caracterizam o dia a dia laboral dos sujeitos que participaram da pesquisa, o que também clarificou a existência de demandas ligadas à gestão da política linguística em questão. Por isso, o fim do artigo apresenta algumas proposições

ABSTRACT: This article presents a discussion on the actions developed, within the scope of the Programa de Leitorado - one of Brazil's external linguistic policies, by the subjects who teach Portuguese and national culture in this context. This is based on data collected via a questionnaire, by *Google Forms*, to subjects who worked or work in this policy, and also through documentary research, which was carried out at the Palácio do Itamaraty and which gave rise to approximately 750 pages analyzed. The objective is to present and discuss the actions that, in this linguistic policy, characterize the work of working professionals, both in terms of teaching and extracurricular activities. In general, the data show that the policy in question fulfills, in many ways, its function of internationalizing the country's language and culture. However, they also clarify that some weaknesses characterize the daily work of the subjects who participated in the research, which also clarified the existence of demands related to the management of the linguistic policy in question. Therefore, we concluded with some propositions related to reformulations in the management of the Programa de Leitorado.

* Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9707-5217>. leilanemoraisoliveira@gmail.com

ligadas a reformulações na gerência do Programa de Leitorado.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Leitorado. Políticas Linguísticas. Diplomacia Linguístico-cultural. Internacionalização Linguística.

KEYWORDS: Lectureship Program. Linguistic Policies. Linguistic-cultural diplomacy. Linguistic Internationalization.

1 Introdução

O *Programa de Leitorado*¹ é uma das políticas linguísticas executadas pela Rede Brasil Cultural - conjunto de instituições que, no interior do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), se ocupa da diplomacia cultural e da internacionalização do português brasileiro.

O profissional responsável pela internacionalização linguística, via Programa de Leitorado, isto é, o *leitor*, tem a atuação caracterizada por questões que o diferenciam de outros professores de português como língua adicional² e/ou de

1 O primeiro posto de leitorado brasileiro foi criado em 1965, na Universidade de Toulouse, na França (SILVA, 2010). Atualmente, no âmbito da política diplomática, os leitorados “desenvolvem funções complementares às dos CCBs, muitas vezes em regiões nas quais a ampliação da presença cultural brasileira constitui uma das prioridades de nossa política externa” (BRASIL, 2010, p. 1).

2 Silva (2016) aponta que, na literatura moderna da área de português como língua estrangeira, há uma diferença considerável de nomenclaturas, a qual aponta para conceituações heterogêneas quanto à sua aplicação. A fim de esclarecer essa questão, retoma-se a fala do autor e expõe-se algumas das principais siglas e seus significados: PLE – Português Língua Estrangeira, PE – Português para Estrangeiros, PSL – Português Segunda Língua, PLA – Português como Língua Adicional, PLA – Português Língua de Acolhimento, PLI – Português como Língua de Inclusão, e PLH – Português como Língua de Herança. PLE e PE foram as duas primeiras siglas a serem adotadas no interior dos estudos pioneiros em relação ao ensino e à aprendizagem de língua portuguesa nos Estados Unidos do século XVII. No esteio de avanços econômicos vivenciados no Brasil dos anos de 1990, surgiu o conceito de PSL, dado o aumento dos números de estrangeiros que, em território nacional, procuravam aprender a língua portuguesa. PLA – Português como Língua Adicional foi uma sigla cunhada para utilização sociolinguística, já que voltada ao âmbito de estudos relativos a indígenas brasileiros que, sendo falantes de suas línguas nativas, aprendem o português como idioma não materno. Entretanto, atualmente, esta passou a abranger qualquer cenário em que a língua portuguesa é aprendida por alguém que já fala outra(s) língua(s). Ainda sob o prisma social, PLA – Português Língua de Acolhimento e PLI são conceitos que abrangem os processos de ensino-aprendizagem de português às populações de refugiados e imigrantes respectivamente. PLH, em contrapartida, diz respeito aos alunos que aprendem a língua portuguesa em virtude de ser ela utilizada em seu lar (já que seus pais seriam lusofalantes), mas não o idioma da

literatura e cultura brasileiras. Seu papel está relacionado ao ensino-aprendizagem idiomático, mas também ao desenvolvimento do *soft power* nacional (NYE, 1990; 2004), ou seja, uma influência de Estado que visa estabelecer-se a partir da exaltação de traços culturais e não de força bélica.

Os leitores são contratados sob o regime de convênio, o que implica no fato de o custeio do trabalho ser bilateral: está a cargo do Itamaraty, bem como da universidade estrangeira – conforme consta no decreto n.º 8.180 de 30 de dezembro de 2013.

Quanto às exigências relativas à ocupação do cargo, o governo brasileiro estabeleceu, em 20 de março de 2006, a Portaria Interministerial n.º 01, segundo a qual o leitor deve ser professor universitário de nacionalidade brasileira. O último edital de seleção (BRASIL, 2018) também expõe que o leitor precisa ser brasileiro nato com o mínimo de 18 anos e, além de questões ligadas à aptidão física/mental e a bons antecedentes, afirma que os candidatos ao leitorado precisam:

- 2.1.5. Possuir diploma de nível superior na área de licenciatura em português, reconhecido na forma da legislação brasileira;
- 2.1.6. Ter experiência em ensino de português, na variante brasileira, como língua estrangeira ou como língua de herança, a depender das especificidades de cada vaga indicada no ANEXO I;
- 2.1.7. Possuir formação acadêmica (doutorado ou mestrado) e experiência no ensino de linguística, linguística aplicada, literatura brasileira, cultura brasileira, ou outras áreas, conforme indicado pela instituição estrangeira (ANEXO I); (...)
- 2.1.9. Possuir comprovante válido de proficiência no idioma definido pela IES [Instituições de Ensino Superior] para condução do leitorado (ANEXO I) (...).

sociedade em que vivem. Opta-se, neste estudo, por PLA – Português como Língua Adicional, em virtude de ser uma sigla que generaliza o processo de, em contexto de imersão e/ou de não imersão, ensinar e aprender a língua portuguesa como idioma que se soma a outros já dominados por um falante.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é responsável pela execução de parte do processo seletivo, pois este também fica a cargo da instituição universitária que receberá o leitor no exterior. O Edital n.º 37/2018 informa que, no último processo, as etapas foram:

- i. verificação da consistência documental;
- ii. verificação do cumprimento de interstício em relação ao exercício de anterior função de Leitor brasileiro e do cumprimento, parcial ou integral, de no máximo um exercício na função;
- iii. verificação junto às representações diplomáticas brasileiras no exterior, para candidatos que já tenham exercido a função de Leitor brasileiro, do histórico do seu desempenho;
- iv. análise do mérito científico e priorização das candidaturas, considerando o perfil acadêmico-profissional requerido pela universidade estrangeira, conforme disposto no Anexo I deste edital; e seleção final, a ser realizada pela universidade estrangeira, com base nos currículos dos candidatos pré-selecionados, que serão enviados às referidas instituições pela Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) do Departamento Cultural (DC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE).³

Conforme se pode observar, o processo é bastante guiado pelas exigências apresentadas pelas universidades estrangeiras, o que aponta para o quanto elas definem o trabalho do leitor, bem como expõe a ausência do Itamaraty neste sentido. Em relação a isso, Sá (2009, p. 34) argumenta que o governo brasileiro conta com certas falhas relativas à gestão do Programa de Leitorado, pois falta unificação entre o trabalho exercido nos postos localizados em diferentes países. Segundo o autor, essa realidade “se traduz não apenas em condições de trabalho isoladas e, por vezes, muito distintas”, mas também “em diferentes entendimentos dos Leitores sobre o seu próprio trabalho e até mesmo sobre o que é o Leitorado”.

³ Informações disponíveis em:

https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/19112018_Edital_37_MRE_Leitorado.pdf
Acesso em: 20 jan. 2019.

No entanto, Sá (2009) e a literatura referente às políticas linguísticas externas do governo brasileiro (CARVALHO; SCHLATTER, 2011; DINIS, 2012; CARVALHO, 2012; BERGER, 2013; NÓBREGA, 2016) não pormenorizam quais atividades são de fato desenvolvidas pelos leitores em diferentes postos. Por isso, o presente estudo visa responder a esta demanda, apresentando e discutindo dados relativos às práticas de ensino e às atividades extraletivas executadas em algumas universidades que abrigam ou já abrigaram leitorados brasileiros.

Embora as atividades variem, conforme o contexto geográfico e universitário em que ocorrem (BAPTISTA; COSTA; PEREIRA, 2009; DINIZ, 2012)⁴, os leitores enviam semestralmente, à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP)⁵ do Ministério das Relações Exteriores, um *relatório* ligado às *atividades docentes*, à *produção acadêmica* e às *atividades não docentes* desenvolvidas durante o período letivo. Por meio de setecentas páginas desses documentos oficiais, tornou-se, portanto, possível mapear as atividades desenvolvidas por um universo composto por 42 leitores.

Os dados foram então agrupados em *atividades docentes* e *atividades extracurriculares*, sendo estas divididas, a fim de facilitar a discussão, em outros quatro subgrupos ligados às funções que os sujeitos desempenharam dentro do Programa de Leitorado brasileiro: *promoção da língua portuguesa*, *promoção da cultura brasileira e/ou da cultura dos demais países de língua portuguesa*, *exercício das políticas linguísticas brasileira*, e *pesquisa*.

Na próxima seção, este artigo apresenta o seu percurso metodológico. Em seguida, discute os dados, considerando a seguinte ordenação: inicialmente, são expostos comentários relacionados às atividades docentes dos leitores e,

⁴ Raphaël Bruchet, no artigo “Le lecteur de français: un acteur essentiel au cœur de la coopération linguistique, culturelle et universitaire”, apresenta essa mesma definição para o leitor, embora o faça em relação ao contexto francês.

⁵ Secretaria interna ao Ministério das Relações Exteriores e responsável por todas as ações diplomáticas relacionadas à internacionalização do português brasileiro.

posteriormente, às atividades extraletivas. Por fim, o estudo pontua algumas considerações ligadas aos resultados obtidos e realiza proposições relacionadas à gestão do Programa de Leitorado.

2 Percurso metodológico

Os dados em discussão foram coletados por meio de duas técnicas: *pesquisa documental* e *questionário*. A coleta de material documental foi realizada em visita à DPLP/Itamaraty, quando a autora deste artigo foi recebida pelo então Ministro-diretor do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores (MRE), George Torquato Firmeza, pelo subchefe da DPLP, o Diplomata João Domingos Bastiston Bimbato, e pela Oficial de Chancelaria, Rose Marie Romariz Maari.

Nessa ocasião, foram solicitados todos os relatórios oficiais que, entre o fim de 2010 e o fim de 2014, os leitores em função haviam encaminhado à DPLP. Esses documentos fazem parte das exigências ligadas ao exercício da função de leitor e garantem, ao governo brasileiro, uma forma de acompanhamento do trabalho exercido em cada período letivo.

No projeto de pesquisa que originou este artigo, o marco temporal citado foi escolhido em virtude de abranger o primeiro mandato de Dilma Rousseff e representar uma forma de analisar ciclos de trabalho de quatro anos, no caso dos leitores que renovaram seus contratos, ou dois ciclos de dois anos, em postos que trocaram de leitor, considerando que esses profissionais permanecem no exterior pelo mínimo de dois anos que são prorrogáveis por mais dois.

Os documentos obtidos, em caráter de ineditismo, totalizam aproximadamente 750 páginas produzidas por 42 leitores, sendo cada relatório estruturalmente organizado em dois formulários. Na parte inicial do relatório, há espaço para informações gerais relativas aos dados do leitor (nome, data de nascimento, endereço

de e-mail, número de passaporte e tipo de visto) e do posto de leitorado (país, universidade em que funciona, salário pago ao leitor e duração do contrato).

Na segunda parte, os leitores devem descrever as atividades acadêmicas desenvolvidas ao longo de um semestre letivo. Nela, além de quatro espaços a serem preenchidos pelo leitor – 1. *atividades docentes*, 2. *produção acadêmica*, 3. *participação em eventos*, e 4. *avaliação do trabalho realizado no semestre*, há uma lacuna, intitulada “*avaliação do chefe do Departamento*”, na qual algum responsável pela instituição estrangeira deve opinar a respeito da atuação do leitor enviado pelo governo brasileiro.

Nos espaços citados, os leitores apresentam a sua vida acadêmica na instituição estrangeira, descrevendo minuciosamente as disciplinas que ministraram (conteúdo programático, bibliografia básica e de aprofundamento etc.), a carga horária que trabalharam, tanto em termos de docência quanto de pesquisa, bem como o número de alunos que se matricularam nos cursos fornecidos.

Por meio desses relatórios, tornou-se possível chegar aos dados que serão discutidos na sequência do texto e aos sujeitos que responderam o questionário aplicado para coleta de dados. Eles foram contactados por meio dos endereços de e-mail apresentados nos documentos oficiais e, assim, convidados a fornecerem respostas ligadas à sua atuação no Programa de Leitorado.

Deste conjunto de 42 sujeitos, formado por 27 mulheres e 15 homens, 32 responderam ao questionário aplicado via plataforma *Google Forms*⁶. De modo geral, as perguntas visavam levantar dados sobre a atuação dos leitores no Programa de Leitorado, bem como padrões de atuação impostos a eles pela DPLP e/ou pela universidade acolhedora do posto de leitorado na qual atuaram, conforme descreve o quadro seguinte:

⁶ Ferramenta da Google para a criação de formulários *online*.

Quadro 1 – Comportamentos/padrões de comportamento pesquisados por meio do questionário aplicado.

Objetivo Específico	Pergunta
Mostrar as atividades desenvolvidas pelos leitores – no processo de internacionalização da língua e cultura do Brasil – no Programa de Leitorado.	Durante o Leitorado, quais funções lhe foram designadas pela universidade que o recebeu?
	Durante o Leitorado, quais funções lhe foram designadas pelo Itamaraty?

Fonte: elaborado pela autora.

As informações que esses sujeitos forneceram, nos currículos disponíveis na Plataforma Lattes, também foram consultadas, o que foi considerado parte da pesquisa documental e, portanto, somou-se à discussão aqui presente. A identificação de cada leitor foi mantida em sigilo ao longo de todo o estudo. No momento em que trechos de relatórios são apresentados, uma numeração diferencia-os a partir da ordem alfabética de seus nomes. No entanto, quando se trata de trechos das respostas fornecidas ao questionário aplicado, os leitores foram organizados pela letra L (de leitor) seguida de um número correspondente à ordem cronológica em que as respostas foram enviadas.

A próxima seção traz a discussão dos dados referentes às funções desempenhadas pelos leitores e, para facilitá-la, as *atividades docentes* foram organizadas em função da grande área e subárea das disciplinas oferecidas, dos países que forneceram disciplinas ligadas à mesma área/subárea e do número total de leitores envolvidos. As atividades extraletivas, por sua vez, foram organizadas em categorias funcionais de análise que se encontram circunscritas aos eixos citados na introdução deste trabalho.

3 Análise dos dados

3.1 Atuação dos leitores em atividades docentes

Embora se tenha afirmado que o leitor não é apenas um professor, a sua função de internacionalizar a língua e a cultura do Brasil passa por atividades ligadas ao exercício da docência nestas e em outras áreas. Desse modo, *ensinar* mostrou-se a atividade executada por 41 dos 42 leitores estudados, o que se deu por meio de disciplinas da educação básica, graduação e/ou pós-graduação.

No que tange à educação básica, o leitorado do Paraguai é o único que atua nesse sentido. Inusitadamente, os relatórios do MRE mostraram que a leitora desse país, além de lecionar na graduação de uma das universidades locais, ensinou PLA em séries do ensino fundamental e médio, bem como do jardim e do pré-escolar. No entanto, o Currículo Lattes da leitora em questão mostrou que, embora ela tenha cursado uma especialização em literatura infanto-juvenil, não há nenhuma menção a qualquer formação específica em Pedagogia, Educação Infantil ou Normal Superior - cursos que, no Brasil, profissionalizam a docência em séries anteriores ao sexto ano do ensino fundamental.

Quanto à pós-graduação, e dado o fato de que seis leitores relataram à DPLP que, dentre suas funções, consta o exercício docente junto a cursos de mestrado, buscou-se compreender quais dos 42 sujeitos pesquisados já haviam orientado estudos e/ou lecionado em cursos de mestrado e/ou doutorado antes de se tornarem leitores.

Constatou-se então que, anteriormente ao período do leitorado, sete dos 42 leitores foram professores em cursos de especialização, mestrado e doutorado. Desses sete, apenas dois lecionaram nos referidos cursos, enquanto cinco também se ocuparam da orientação direta de monografias, dissertações e teses. No entanto, foi possível notar que, dentre esses sete, não estão nenhum dos seis leitores que relataram à DPLP a referida atuação junto aos cursos de mestrado das universidades estrangeiras.

Guardadas as diferenças que potencialmente existem entre os cursos de graduação e pós-graduação brasileiros e aqueles que são fornecidos pelas universidades no exterior⁷, bem como as diferenças que caracterizam a ação de lecionar língua portuguesa no ensino fundamental ou médio e no jardim ou pré-escolar, os dados apresentados evidenciam a existência de incoerências que parecem não ser consideradas durante o processo seletivo dos leitores. Tanto em termos de formação acadêmica quanto de experiências profissionais prévias, Oliveira (2017) mostrou que, muitas vezes, a realidade dos postos assumidos demanda funções que nem sempre são compatíveis com o perfil dos leitores, o que, em última instância, pode conferir ao Programa de Leitorado um caráter de amadorismo.

Caminhando para além dessas questões, o processo de internacionalização linguístico-cultural que acontece via Leitorado mostra que, embora os nomes das disciplinas fornecidas pelos leitores e o público-alvo sejam bastante variados, os conteúdos programáticos são muito próximos. Isso permite agrupá-las, como apresenta o quadro seguinte, quanto à sua grande área e subárea. Além disso, torna-se possível compilar os países em que elas foram oferecidas, bem como o número de leitores envolvidos⁸.

É importante frisar que esta categorização foi feita mediante as informações que os leitores forneceram nos relatórios enviados ao Itamaraty. Desse modo, consideraram-se, para a composição do quadro, as disciplinas que os leitores

⁷ Em algumas instituições estrangeiras, como as francesas, por exemplo, o mestrado é correspondente a um curso parecido com a *especialização* brasileira. Os alunos de graduação se formam após três anos de curso e, na sequência, têm a possibilidade de cursar mais dois anos de mestrado, os quais são divididos em *Master Professionnel* (Mestrado Profissional) e *Master Recherche* (Mestrado Científico). No primeiro ano, os alunos fazem estágios e cumprem horas de trabalho prático, enquanto o segundo ano é mais compatível com o mestrado brasileiro. Sem esta etapa do *master*, os alunos da graduação já estão formados, porém, suas atividades profissionais tornam-se limitadas e a formação é menos reconhecida no mercado.

⁸ Alguns leitores forneceram a mesma disciplina (ou disciplina sobre a mesma temática e conteúdo programático) em diferentes instituições de um mesmo país.

informaram ter lecionado, entre 2010 e 2014, e não a grade curricular das universidades em que os postos de leitorado funcionam(ram).

Quadro 2 – Disciplinas oferecidas pelos leitores conforme a área de conhecimento.

Grande área das disciplinas oferecidas	Subáreas das disciplinas oferecidas	País(es) que fornece(m)	Número total de leitores envolvidos
Língua Portuguesa	Língua portuguesa (leitura, escrita, conversação e gramática)	Inglaterra, Bolívia, Colômbia, França, Hungria, China, Rússia, Austrália, Chile, Gana, Ilhas Maurício, Croácia, Vietnã, Alemanha, Argentina, Nigéria, Itália, Estados Unidos da América, Dinamarca, Tailândia, Polônia, Peru, Paraguai, Trindade e Tobago	35
	Português para falantes de espanhol	Paraguai e Estados Unidos da América	3
	Português comercial	França, Trindade e Tobago	2
	Português para fins acadêmicos	China	2
	Preparatório Celpe-Bras	França e Costa Rica	2
	Semântica (do português)	São Tomé e Príncipe	1
	Fonética (do português)	Dinamarca e Argentina	2
	Morfologia (do português)	Vietnã	1
	Sintaxe (do português)	São Tomé e Príncipe	1
Linguística	Linguística Geral e da língua portuguesa	Paraguai e França	2
	Sociolinguística	Paraguai e Dinamarca	2
	Linguística Textual	Paraguai, Itália	2
	Tradução	Inglaterra, Paraguai, França, Dinamarca, China	6
Linguística Aplicada	Formação de professores: ensino de línguas	Paraguai, Peru e Vietnã	3

Metodologia Científica	Escrita técnica	França, Peru, Hungria, Tailândia e São Tomé e Príncipe (curso de férias)	5
	Metodologia Científica	Nigéria	1
	Trabalho de Conclusão de Curso	China	1
Literatura	Literatura geral da língua portuguesa (ênfase no Brasil)	Estados Unidos do América e Peru	2
	Literatura brasileira	Inglaterra, Croácia, China, Hungria, Rússia, Vietnã e Peru	8
	Literatura latino-americana	Colômbia	1
	Teoria poética	Paraguai	1
Cinema	Cinema brasileiro	Inglaterra e Hungria	2
	Cinema latino-americano	Inglaterra e Colômbia	2
Estudos Culturais	Cultura brasileira	França, Croácia, Peru, China, Chile, Rússia e Trindade e Tobago	7
	Cultura dos países de língua portuguesa	França, Croácia e Tailândia	3
	Vanguardas brasileiras e crítica cultural	Colômbia	1
Música	Música brasileira	Colômbia	1
Teatro	Teatro	Paraguai	1

Fonte: elaborado pela autora.

A análise dos dados apresentados revela, em primeiro lugar, que a função de leitor, quando ligada ao ensino da língua e da cultura do Brasil, é bastante abrangente. Como se pode notar, alguns leitores fornecem cursos de língua portuguesa e visam, inclusive, fins específicos⁹ - como português comercial ou técnico, o que talvez ocorra

⁹ Costa (2015) afirma que um ensino de línguas voltado para fins específicos é aquele que, por meio de programas e materiais singulares, visa responder às demandas de aprendizes, geralmente adultos, cuja intenção de aprender ou aperfeiçoar suas competências em uma língua é relacionada à vida profissional e/ou à formação acadêmica. Sobre isso, a autora apresenta estudo recente ligado aos princípios teóricos

em virtude de demandas locais. Outros, no entanto, fornecem cursos ligados à Linguística Teórica, à Linguística Aplicada, à Metodologia Científica, à Literatura, ao Cinema, aos Estudos Culturais, à Música e ao Teatro.

Uma vez que os leitores assumem os postos, nota-se que eles não se limitam a dar aulas de língua e de cultura brasileira (como teatro, cinema, literatura, música, etc.), o que corrobora dados já apontados, por Baptista, Costa e Pereira (2009, p. 112), em relação ao funcionamento do Instituto Camões.

De acordo com esses autores,

o ensino é a actividade comum a todos os leitores, independentemente da época ou do local em que tenham assumido essas funções. Constatamos, regressando a épocas mais próximas de nós, que nem todos os nossos informantes, ensinaram, ou ensinam ainda, exclusivamente língua portuguesa. As matérias são diversificadas e variam consoante às necessidades da instituição em que o leitor se encontra colocado.

O público-alvo das disciplinas também é bastante diversificado. Além de alguns leitores canalizarem seu trabalho à graduação e outros à pós, há aqueles que se ocupam da formação de futuros professores de língua portuguesa, enquanto alguns ensinam a língua a alunos pertencentes a diferentes cursos de graduação. Isto se deve ao fato de que, em muitos cursos de graduação das universidades estrangeiras, há a obrigatoriedade de cursar um segundo idioma em conjunto com a área escolhida para formação acadêmica.

Em São Tomé e Príncipe, um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), os cursos ministrados relacionam-se claramente à formação de professores, por meio de estudos da sintaxe e semântica da língua portuguesa. Isso obviamente se justifica pelo fato de o idioma ser ensinado como segunda língua e não como língua

que orientam a construção de cursos de língua francesa para objetivos específicos que têm lugar na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

estrangeira à maior parte da população, uma vez que o português é idioma oficial desse país, mas não é o mais utilizado.

Sobre isso, o importante é realmente colocar em relevo que, mesmo em relação à função básica dos leitorados que é o ensino de língua portuguesa, os leitores deparam-se com realidades que apontam para necessidades ligadas a uma prática pedagógica altamente diversificada.

Assim, uma demanda surge quanto à formação profissional dos leitores, pois, dadas as diferenças que existem entre as práticas pedagógicas de português como língua materna e/ou português com língua adicional (em contexto de imersão e de não imersão), os leitores deveriam possuir uma formação que os permitissem reconhecer as múltiplas variáveis envolvidas nessas situações, bem como terem autonomia para optar por práticas de ensino compatíveis com a sensibilidade ligada a essa percepção.

Ainda na década de 1970, Wouk (1976) defendeu que são múltiplos os fatores quando se fala em ensinar e aprender línguas, o que exclui a possibilidade de os leitores lidarem com “hipóteses metodológicas generalizantes”. Assim, o relativismo metodológico é um fator a ser considerado mediante variáveis pragmáticas, o que, por sua vez, não poderia escapar à formação e à prática dos leitores selecionados pelo Itamaraty.

Outra parte dos dados também mostrou que, devido ao fato de nenhum dos leitores ter formação em Música ou Teatro, o ambiente profissional dos leitorados e as funções desenvolvidas nesse contexto carecem, em alguns momentos, de autodidatismo e grande capacidade de improvisação.

Em conjunto, tem-se que a divisão do trabalho é bastante aleatória no interior dos postos de leitorado e que, de fato, as atividades de docência centram-se em atender às demandas locais. Esta é uma questão para a qual é difícil propor soluções práticas, já que, à medida que o Brasil firma acordos de cooperação com as universidades estrangeiras, nem sempre é possível agir com previsibilidade em relação ao que

acontecerá nos postos (quais serão as demandas profissionais, no sentido das disciplinas a serem lecionadas, das atividades e funções a serem cumpridas etc.).

Por outro lado, isso encaminha a discussão ao edital de seleção dos leitores, o qual poderia especificar melhor estas informações e não apresentar apenas dados tão genéricos. Além disso, a formação dos leitores selecionados impõe-se novamente como parte da pauta, pois, a depender da realidade de cada posto, o profissional terá que se ocupar tanto das necessidades da instituição acolhedora quanto das lacunas potencialmente existentes em sua formação inicial e/ou continuada.

Isso pode ser sanado via formação dos leitores, conforme discutido em Oliveira (2017), por meio de um curso prévio ao envio de cada um deles aos postos no exterior - medida esta que, vale a pena citar, foi assumida pela CAPES após a defesa e publicação do estudo mencionado neste parágrafo.

Na sequência, o artigo apresenta dados relacionados à atuação extraletiva dos leitores, discutindo como eles são, em muitas ocasiões, não somente professores, mas também representantes diplomáticos do Estado nacional.

3.2 Atuação extraletiva dos leitores

Uma pesquisa realizada, no cenário do Instituto Camões, demonstra que “a organização de atividades de divulgação cultural, dentro e fora do espaço universitário, sempre constituíram ‘tarefas’ familiares aos leitores” portugueses (BAPTISTA; COSTA; PEREIRA, 2009, p. 111). No caso dos brasileiros, a organização de atividades ligadas à língua e à cultura, seja no espaço universitário ou na comunidade local, também é a atividade mais relatada.

Em muitas ocasiões, elas são desenvolvidas em parceria com os postos diplomáticos, mas também apresentam, de modo geral, uma ligação com as necessidades de cada posto. Além disso, como alguns dos sujeitos pesquisados se encontravam, à época do envio dos relatórios, em processo de formação em cursos de

pós-graduação, constatou-se que vários mencionaram, como atividade extraletiva, a própria escrita de dissertações ou teses. Há também menção ao desenvolvimento de artigos, à participação em eventos acadêmicos e a outras diversas atividades que, no seio das instituições acolhedoras, envolveram os leitores e os seus estudantes. Para demonstrar a diversidade das atividades em que os leitores estiveram envolvidos, apresentam-se, a seguir, algumas tabelas organizadas em conformidade com a função das mesmas, bem como os países e o número de sujeitos a elas ligados.

Iniciando pelas atividades que envolvem a promoção da língua portuguesa falada no Brasil, expõe-se o quadro 3:

Quadro 3 – Função desempenhada pelos leitores quanto à promoção da língua portuguesa.

Função	Atividade	País(es) envolvido(s)	Número de leitores
Promoção da língua portuguesa	Curso de formação de professores de PLE	Argentina	1
	Elaboração de material didático (LP ou literatura)	Argentina, Dinamarca, Rússia, Vietnã, Inglaterra e Colômbia	6
	Criação de novos cursos	França, Trindade e Tobago	2
	Elaboração de curso <i>online</i>	Austrália	1
	Organização do leitorado (projeto de melhoria ou organização de espaço físico)	Hungria	1
	Coordenação de curso	França	1
	Organização de <i>site</i> , <i>blog</i> ou jornal universitário em língua portuguesa	Dinamarca, Inglaterra e Alemanha	4
	Organização de concurso que	China	1

	envolve a língua portuguesa		
	Organização de dia/noite/semana da língua portuguesa	São Tomé e Príncipe, Austrália, Hungria e Alemanha	4
	Tradução de textos	Dinamarca, Itália, China, Inglaterra e Colômbia	6
	Revisão de textos	Dinamarca	1

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação à promoção do português falado no Brasil, é possível constatar que um número considerável de leitores esteve envolvido na produção de materiais didáticos, demanda que, de fato, já foi apontada como urgente em relação a alguns contextos de Leitorado. Em 2014 (p. 17), por exemplo, Ferreira apontou, quanto ao leitorado da Tailândia, que

um grande problema enfrentado nos primeiros semestres foi a falta de material didático adequado para o contexto universitário tailandês, que se somou ao fato de o chefe da seção ter imposto à leitora brasileira e à portuguesa a adoção de um material único para o ensino nas turmas de português básico.

Em seu artigo, a autora informa que, na biblioteca institucional, não havia um único livro didático ligado ao português brasileiro. Segundo ela, boa parte de seu tempo de trabalho esteve envolvido, ao longo de dois semestres do leitorado, com a necessidade de atender às demandas dos alunos tailandeses nesse sentido.

Sá (2009) também relatou algo parecido, pois afirma que, enquanto foi leitor em Manchester, buscou organizar uma pequena biblioteca e deixar, para os leitores seguintes, uma infraestrutura da qual pudessem se beneficiar e que absolutamente ainda não existia em seu tempo.

O quadro 3 também esclarece que, de diferentes formas e nos diferentes contextos, algumas funções específicas são designadas aos leitores: eles não apenas se

envolvem com a organização do espaço físico, como também criam e gerenciam novos cursos/disciplinas, estabelecem plataformas *online* para a divulgação do português ou mesmo para o ensino a distância, se empenham na realização de eventos sobre e/ou via português brasileiro, em traduções locais e na formação de professores.

No que tange à promoção da cultura brasileira¹⁰ e, em alguns casos, à promoção da cultura dos demais países de língua portuguesa, os leitores desempenharam as atividades apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 - Função desempenhada pelos leitores quanto à promoção da cultura brasileira e/ou dos demais países de língua oficial portuguesa.

Função	Atividade	País(es) envolvido(s)	Número de leitores
Promoção da cultura brasileira e/ou da cultura dos demais países de língua portuguesa	Organização de eventos ligados à cultura brasileira e/ou a lusitana	Estados Unidos da América, Trindade e Tobago, Dinamarca, Peru, Inglaterra, Colômbia, França, Gana, Vietnã, Alemanha, Argentina, Itália, Hungria, Dinamarca, Costa Rica, São Tomé e Príncipe e Bolívia	16
	Organização de passeios culturais	Dinamarca	1
	Concessão de entrevista	Inglaterra	1
	Gravação de programas de rádio	São Tomé e Príncipe, Austrália	2

Fonte: elaborado pela autora.

¹⁰ Apesar deste estudo considerar que língua e cultura encontram-se em simbiose, sendo mutuamente constitutivas, realizou-se uma divisão entre atividades voltadas para a divulgação da língua e divulgação da cultura mais geral e artística, visto que o próprio Programa de Leitorado considera que os leitores são promotores da língua e da cultura brasileira no exterior.

Essas atividades estiveram, quase sempre, ligadas à promoção das artes brasileiras, sobretudo da literatura, música e cinema nacionais. Nesse sentido, os leitores organizaram rodas de leitura, peças teatrais e variadas mostras artísticas (como musicais, recitais e sessões de cinema). Não obstante, alguns passeios a Portugal e outros eventos também eram voltados à promoção dos países de língua portuguesa e de suas respectivas culturas. Por outro lado, observou-se que os leitores também divulgaram a cultura por meio de participação na mídia local, bem como de entrevistas e palestras.

De modo geral, esses dados comprovam que os leitores são mesmo articuladores do *soft power* nacional. Nye (1990) argumenta que, logo após a segunda grande guerra, o mundo tem sido caracterizado por uma mudança de perspectiva em relação à ideia de poder por parte dos Estados-nação. Segundo o autor, o poderio militar e a força bélica passaram a caminhar em paralelo com a informação, que se apresenta como uma forma nada trivial de difundir ideologias e alterar posicionamentos/preferências ligados à imagem de um país. Este, por conseguinte, torna-se o âmbito de atuação dos leitores, seja por meio de eventos ou das aulas que promovem a cultura nacional.

Nesta mesma linha argumentativa, alguns autores, como Sá (2009) e Diniz (2012), sugeriram que os leitores atuam como adidos culturais. O quadro 5, portanto, visa apresentar as atividades que, no período estudado, foram desempenhadas pelos leitores no sentido de uma atuação claramente política e ligada ao estabelecimento de laços de cooperação internacional que envolvem o português e a cultura nacionais:

Quadro 5 – Função desempenhada pelos leitores quanto à promoção da política linguística brasileira.

Função	Atividade	País(es) envolvido(s)	Número de leitores
Promoção da política linguística brasileira	Aplicação, correção e/ou desenvolvimento de material didático	França, Inglaterra, Bolívia, Chile, Costa Rica, Estados Unidos da América e China	8 (dois França – um criou o centro de aplicação)

	referente ao Celpe-Bras		
	Atuação junto a órgãos governamentais estrangeiros	Paraguai	1
	Criação de Centros Culturais Brasileiros	Peru	1
	Organização ou desempenho de funções em acordos de cooperação	Trindade e Tobago, Dinamarca, Inglaterra, China e Rússia	5
	Participação em eventos sociais (lançamentos de livros, premiação de concursos, exposições, inaugurações, feiras, conselho de cidadãos brasileiros, festivais e cafés)	Estados Unidos da América, França, Dinamarca, São Tomé e Príncipe, Nigéria, Croácia, Colômbia, Bolívia, Austrália, Alemanha, Hungria	10

Fonte: elaborado pela autora.

Enquanto professor e viabilizador de relações internacionais, o leitor é uma importante figura no quadro das políticas linguísticas externas de um país. Os dados expostos na Tabela 4 mostram que, nos leitorados brasileiros, isso se dá não apenas pela divulgação e efetivação de políticas ligadas à língua, como é o caso do leitor que criou o Centro Cultural do Brasil no Peru ou daqueles que aplicaram e/ou organizaram atividades relacionadas ao exame de proficiência Celpe-Bras, mas também pelo estabelecimento de acordos de bilateralidade científica entre as universidades estrangeiras e as instituições de ensino superior brasileiras.

Por outro lado, os relatórios também mostraram que, em alguns contextos, o leitor realmente trabalhou como uma espécie de embaixador, atuando o representante oficial do Brasil e agente político de diplomacia na sociedade local. Em alguns postos,

os leitores atuaram junto a órgãos governamentais, como é o caso do leitor da Austrália, que ministrou palestras no Ministério da Defesa daquele país, e/ou do leitor da Nigéria, que representou o Brasil em eventos do Lyons Club.

No âmbito da pesquisa acadêmica, a atuação dos leitores é geralmente decorrente do fato de serem eles alunos de mestrado ou doutorado na mesma universidade em que trabalham. No quadro 6, então, apresentam-se as ações dos leitores nesse sentido:

Quadro 6 – Função desempenhada pelos leitores quanto à pesquisa.

Função	Atividade	País(es) envolvido(s)	Número de leitores
Pesquisa	Organização de palestras, mesas-redondas e/ou debates	São Tomé e Príncipe, França, Bolívia, Inglaterra, Argentina, Itália, Estados Unidos da América, Paraguai e Rússia	9
	Desenvolvimento de projeto de pesquisa e/ou extensão	Tailândia, Bolívia, Peru, Argentina, Itália e Paraguai	7
	Publicações de textos (livros e/ou artigos) científicos	Trindade e Tobago, Nigéria, França, Peru, Inglaterra, Paraguai, China, Tailândia, Argentina, Chile, Itália, Costa Rica, Bolívia, Rússia, Paraguai e Hungria	17
	Participação em eventos acadêmicos	Trindade e Tobago, Nigéria, Bolívia, Estados Unidos da América, Dinamarca, Peru, França, Inglaterra, Colômbia, Austrália, Gana, Vietnã, Itália,	26

		China, Tailândia, Argentina, Croácia, Alemanha, Hungria e Paraguai	
	Participação em grupo de pesquisa	Dinamarca, Inglaterra, Argentina, Colômbia e Alemanha	5
	Parecerista (revistas, bancas ou concursos)	Inglaterra, Itália, Colômbia e Hungria	6
	Orientação de estudantes	Nigéria, Colômbia, China, Vietnã e Dinamarca	5

Fonte: elaborado pela autora.

Como se vê, os leitores exerceram funções bastante ligadas ao universo acadêmico brasileiro: participaram de eventos acadêmicos e/ou de grupos de pesquisa, publicaram textos relacionados a pesquisas e/ou emitiram pareceres sobre exemplares alheios, organizaram eventos de divulgação científica e orientaram estudantes no desenvolvimento de atividades acadêmicas (o que variou entre a orientação de monografias, de dissertações de mestrado e/ou de monitores de disciplinas).

A partir desse conjunto de dados, cabe questionar se os professores de línguas formados no Brasil estão estratégica ou, até mesmo, teoricamente preparados para atuação na área das políticas linguísticas internacionais. Em estudo sobre a temática, Oliveira (2017) discutiu que, na realidade brasileira das grades curriculares de licenciaturas em Letras, a temática das políticas linguísticas praticamente não é discutida. Mediante a realidade apresentada, nota-se que reside aí mais uma lacuna entre o que se espera do leitor e o que realmente vem a ser o seu perfil profissional – questão essa que merece ser considerada e, tão rápido quanto possível, alterada.

Os resultados permitem constatar que esses se relacionam claramente com os objetivos que a DPLP delineou, no fim do segundo mandato do ex-presidente Lula,

em um documento oficial intitulado *Balanço da Política Externa de 2003 a 2010*. Segundo o documento (BRASIL, 2011), a DPLP tinha a missão de:

- 1) Promover o aprendizado da Língua Portuguesa falada no Brasil, mediante a coordenação e o acompanhamento das atividades da Rede Brasileira de Ensino no Exterior, constituída pelos Centros Culturais Brasileiros, Institutos Culturais, Leitorados Brasileiros e Núcleos de Estudos Brasileiros; 2) Difundir a cultura brasileira por meio da divulgação da História e das artes do Brasil, com base na realização de estudos, pesquisas, seminários, mostras, exposições, simpósios, festivais e similares; e 3) Acompanhar a aplicação, nas unidades da Rede Brasileira de Ensino no Exterior credenciadas pelo MEC, dos exames para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

No entanto, ainda que as atividades de ensino e pesquisa, bem como as de promoção cultural e de cooperação internacional, dialoguem claramente com o que se encontra proposto nesse documento oficial, pensou-se que também seria interessante pontuar o que foi dito pelos leitores em resposta ao questionário aplicado.

Diante da questão: “durante o Leitorado, quais funções lhe foram designadas pelo Itamaraty?”, foi possível observar que eles confirmaram os dados anteriormente apresentados. Vários posicionamentos esclareceram que os leitores recebem atribuições que, muitas vezes, condizem com o edital de seleção e que atendem às demandas ligadas às necessidades das instituições.

Em geral, eles pontuaram que suas funções se referem às mencionadas na introdução do presente estudo, uma vez que são selecionados para divulgar e ensinar a língua e a cultura brasileiras, além de organizar e participar de eventos, intermediar a cooperação internacional etc.

Não obstante, alguns deles também ressaltaram que, em determinados contextos sociais, sua atuação voltou-se, de fato, para as funções desempenhadas por um adido cultural, dada a inexistência de uma embaixada brasileira no local e/ou em virtude da delegação de tarefas ser proveniente da própria embaixada:

Eu era professor de português dentro da universidade X¹¹ e tinha também o papel de adido cultural no país, já que no país X não tinha embaixada do Brasil. Era sempre designado a promover a cultura brasileira além da língua, realizando eventos culturais no país. [Antigo(a) Leitor(a) L15 do governo brasileiro]

Não sei se propriamente o Itamaraty me designou uma função específica, mas sim a Embaixada do Brasil *no país X*. [Antigo(a) Leitor(a) L14 do governo brasileiro]

Participar de eventos cívicos e culturais organizados pela Embaixada do Brasil (celebração do 7 de setembro, Festival de Cinema Brasileiro, Palestras com escritores e artistas do Brasil). [Antigo(a) Leitor(a) L10 do governo brasileiro]

Assistência na organização de alguns eventos culturais realizadas pela Embaixada do Brasil *no país X*. [Antigo(a) Leitor(a) L22 do governo brasileiro]

Por outro lado, enquanto alguns leitores disseram que todas as iniciativas são valorizadas pelo Itamaraty, outros afirmaram que o vínculo com o MRE se restringia a enviar relatórios, que as funções do leitor não eram esclarecidas pelo Ministério e/ou que o órgão parecia desconhecer o trabalho dos leitores:

Nenhuma! Somos invisibilizados tanto pelo Itamaraty quanto pela Embaixada Brasileira. [Antigo(a) Leitor(a) L5 do governo brasileiro]

Diretamente o Itamaraty não passa ao leitor nenhuma função ao leitor. O único contato que temos com o Itamaraty é a carta de aprovação, os relatórios (que são enviados pela Embaixada) e as passagens de ida e volta. As funções do leitor são aquelas publicadas em cada edital. Passado o processo de seleção e a ida ao país ao qual você foi designado, o único contato com o Itamaraty era o relatório e a passagem de volta. No ano

¹¹ Para garantir a confidencialidade dos leitores, substituiu-se o nome das universidades, dos países e das regiões em que os leitores trabalham respectivamente por *universidade X*, *país X* e *região X*.

passado, após anos de reclamações da parte dos leitores, o Itamaraty criou uma revista eletrônica e a possibilidade de vídeo conferência. Porém, ao que parece os encontros virtuais não foram muito longe, pois tivemos apenas um e o segundo foi cancelado. Nos encontros virtuais o responsável no Itamaraty pelo leitorado servia de mediador entre leitores que estavam na mesma região (no nosso caso, *região X*). Mas no espaço de 30 minutos os mediadores ouviram apenas reclamações sobre o "abandono" que o Itamaraty oferece. Este distanciamento se deve, em parte, como um meio de proteger o Itamaraty. Segundo a lei do leitorado, o leitor é um empregado da Universidade que o recebe e com a qual ele tem contrato de trabalho. Qualquer função designada diretamente pelo Itamaraty significaria contrato de trabalho o que levaria a futuros problemas trabalhistas. [Antigo(a) Leitor(a) L30 do governo brasileiro]

Nenhuma diretamente. [Antigo(a) Leitor(a) L6 do governo brasileiro]

Sinceramente, a sensação que dá é que o Itamaraty nem sabe o que os professores leitores fazem no posto que atuei. Se a proposta do Itamaraty é trabalhar com a língua portuguesa variante brasileira e a cultura brasileira, com certeza o local que o Itamaraty mantém o Leitorado aqui não é o melhor espaço para desenvolver atividades neste sentido, poderia ser realizado um trabalho muito mais interessante e construtivo em qualquer outra instituição universitária, tanto federais com privadas, menos ai, onde somos designados. [Antigo(a) Leitor(a) L17 do governo brasileiro]

Não houve grande envolvimento do Itamaraty, exceto o que estava claro no Edital e no Regulamento do Programa de Leitorados. [Antigo(a) Leitor(a) L27 do governo brasileiro]

Nenhuma. [Antigo(a) Leitor(a) L30 do governo brasileiro]

Como se pode observar em uma das respostas anteriores, o leitor parece desconhecer o regime trabalhista ao qual está submetido, a saber, o *convênio*. Conforme exposto na seção introdutória deste artigo, o regime estabelece bilateralidade entre a universidade estrangeira e o Itamaraty, de modo que a instituição educacional não é a encarregada de todas as questões relativa à função do leitor, como julgou o participante.

Sobre isso, Sá aponta a ausência de um projeto institucional e/ou de protocolo de cooperação para o Programa de Leitorado, bem como a ausência de *feedback* em relação aos relatórios apresentados pelos leitores e às demandas ali presentes. Em seu estudo, o antigo leitor chegou a afirmar que a DPLP, filiada ao Itamaraty como já esclarecido, se envolve pouco no detalhamento das atribuições profissionais e no gerenciamento dos postos.

Por outro lado, é interessante pontuar que, mediante a uma pergunta do questionário que demandava quais funções foram designadas pela universidade acolhedora do leitorado, alguns leitores apresentaram respostas cujos dados revelam atividades não destacadas nos relatórios enviados ao Itamaraty. Como exemplo:

Dar aulas, participar de grupos de pesquisa, organizar eventos acadêmicos e culturais, orientar trabalhos de conclusão de curso, fazer curadorias, captar e gerir recursos, intermediar a colaboração cultural entre as Faculdades de Comunicação e Linguagem e de Ciências Sociais da *universidade X* e a Embaixada do Brasil *no país X*. [Antigo(a) Leitor(a) L29 do governo brasileiro]

Coordenação das Relações Internacionais com a América Latina. [Antigo(a) Leitor(a) L30 do governo brasileiro]

Os trechos acima mostram que, em certos momentos, os leitores assumiram cargos de curadores, administrando recursos conforme a função que recebiam e/ou, novamente, de adidos culturais que assessoravam a universidade em vínculos de lateralidade com toda a América Latina.

Nessa mesma linha, também convergem as respostas apresentadas a seguir:

No primeiro leitorado, como era a primeira leitora a chegar naquela universidade, fui designada a criar os cursos de português, obter aprovação junto a reitoria da universidade (o Curso de Português não havia sido discutido ou aprovado pela reitoria, ou seja, o Itamaraty me enviou para um país do outro lado do Atlântico, sem nenhuma garantia que a Universidade iria aceitar o curso!!!), fazer as matrículas (apesar do

Departamento de Línguas Estrangeiras contar com secretárias para esta função), organizar os grupos, desenvolver o material didático, dar aulas (apesar de não haver salas disponíveis para o curso de português, o que significa que muitas aulas foram ministradas na biblioteca ou no jardim, pois as salas dos outros idiomas estavam ocupadas), criar atividades de divulgação do português dentro e fora da universidade (em determinados países o Itamaraty não conta com pessoal responsável pela área cultural e educacional, então a Embaixada passa ao leitor todas as funções desse departamento), ou seja, meu primeiro leitorado era um "faz tudo" tanto para universidade, quanto para Embaixada. Após esta experiência já aguardava o mesmo para a segunda, porém, fui para um país que já teve leitores anteriormente e desta vez fiz questão de cumprir somente as atribuições descritas no edital. [Antigo(a) Leitor(a) L30 do governo brasileiro]

Durante o meu leitorado na *universidade X*, a universidade demonstrou pouco interesse pelo leitorado brasileiro, fazendo que meu trabalho somente se limitasse a minhas aulas. Isto acontece porque esta universidade tem mais interesse no ensino de outras línguas como o inglês, alemão e francês devido o convênio com os países destas línguas. [Antigo(a) Leitor(a) L25 do governo brasileiro]

A 'ordem' que recebi foi a de que devia apenas complementar as aulas que vinham sendo dadas pela equipe que ensinava a variante 'europeia' e que devia usar os manuais portugueses. Não tive a liberdade de trabalhar com a literatura brasileira, pois já tinham professor para a disciplina. Foi uma das razões que me fez renunciar ao leitorado. Na verdade, não havia espaço para um leitor brasileiro lá e, abrir o leitorado foi interpretado como um ganho no relacionamento político com a Embaixada, algo assim. [Antigo(a) Leitor(a) L27 do governo brasileiro]

Os trechos deixam ver a influência de aspectos políticos, bem como do estatuto da língua, na gestão dos postos, tanto no que tange à sua criação e manutenção quanto ao descaso que os atinge em virtude de fatores locais. Baptista *et al.* (2009, p. 108) apontam que, aos leitores do Instituto Camões, é comum a percepção de seu trabalho em confronto com aquele que é realizado pelas autoridades acadêmicas locais, o que provém tanto dos colegas de departamento quanto dos próprios alunos.

Contudo, os depoimentos citados apontam para uma questão de maior complexidade: a problemática gestão do Programa de Leitorado. Como se vê nos excertos, é possível uma situação em que o leitor é selecionado e enviado para um posto que não existe, vindo a ser submetido a condições questionáveis de trabalho e responsabilizando-se por funções que podem extrapolar em muito aquelas que foram apresentadas no edital de seleção e/ou que a sua formação permite desempenhar.

Por fim, a próxima parte do texto retoma o objetivo do artigo e apresenta uma síntese ligada ao alcance dos dados, a fim de validar quais foram as principais informações encontradas, ressaltar os desafios que se impõem e, a partir daí, propor sugestões de ordem prática.

4 Considerações finais

O objetivo central do estudo foi esclarecer quais ações são executadas, no âmbito do Programa de Leitorado brasileiro, pelos profissionais que atuam nessa política linguística. Para isso, documentos oficiais do Itamaraty foram analisados, bem como respostas fornecidas, por leitores e ex-leitores, a um questionário aplicado pela autora do estudo.

De modo geral, os dados demonstram que o Programa de Leitorado é caracterizado por importantes iniciativas, tanto em termos de docência quanto de atividades extraletivas. Além disso, ficou claro que é importante na internacionalização do português falado no Brasil e da riqueza cultura que compõe o cenário nacional.

Esses mesmos dados, por outro lado, permitiram reconhecer que determinadas fragilidades marcam o dia a dia laboral dos leitores, o que também clarificou a existência de demandas ligadas à necessidade de renovações na gestão da política linguística em questão.

A ausência de um projeto institucional é, talvez, a questão mais urgente que o estudo aponta em relação ao Programa de Leitorado brasileiro e, dentre as outras pendências percebidas, destacam-se as seguintes:

- esclarecer o que significa ser leitor;
- propor uma formação comum antes de os leitores assumirem o posto;
- pensar em uma plataforma para compartilhamento e acesso de informações;
- organizar eventos que, em um curto espaço de tempo, possam reunir os vários leitores (ao menos os que estão localizados em um mesmo continente).

Mesmo considerando que o país vive hoje um colapso econômico e que a política linguística em questão não parece ser uma das prioridades na agenda governamental, é importante afirmar a necessidade de sanar a problemática apresentada, sobretudo quando se considera a relevância do Programa de Leitorado.

A partir dos resultados obtidos, defende-se que os leitorados precisam de uma reformulação ligada à institucionalização de uma política linguística baseada em quatro pilares, a saber: (1.) a definição do que é realmente trabalho do leitor; (2.) o gerenciamento adequado deste trabalho por parte do Itamaraty; (3.) o diálogo saudável entre o Itamaraty e a universidade acolhedora do posto; e - por fim, mas não menos importante, (4.) a formação acadêmica dos profissionais envolvidos e atuantes, o que, acredita-se, só acontecerá quando o Itamaraty convidar linguistas para a tomada de decisões ligadas à internacionalização idiomática.

Referências

BAPTISTA, L. V.; COSTA, J.; PEREIRA, P. (org.). **O mundo dos Leitorados**: políticas e práticas de internacionalização da língua portuguesa. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

BERGER, I. R. O ensino de línguas como espaço para a difusão do português no mundo: estratégias e ações de políticas linguísticas. **Revista Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 15, n. 1, p. 216-229, 2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/7184>. Acesso em: 3 set. 2018.

BRASIL. Balanço da política externa 2003-2010. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.dc.itamaraty.gov.br/divisao-de-promocao-da-lingua-portuguesa-dplp-1>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira: Edital n. 37/2018. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/19112018_Edital_37_MRE_Leitorado.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRUCHET, R. Le lecteur de français: un acteur essentiel au cœur de la coopération linguistique, culturelle et universitaire. **Synergies Espagne**, nº 5, p. 227-242, 2012. Disponível em: <http://gerflint.fr/Base/Espagne5/bruchet.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

CARVALHO, S. C. Políticas de promoção internacional da língua portuguesa: ações na América Latina. **Trab. Ling. Aplic.**, n. 51.2, p. 459-484, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v51n2/a10v51n2.pdf>. Acesso em: 8 set. 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-18132012000200010>

CARVALHO, S. C.; SCHLATTER, M. Ações de difusão internacional da língua portuguesa. **Cadernos do IL**, n. 42, p. 260-284, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/viewFile/26027/15240>. Acesso em: 15 ago. 2018. DOI <https://doi.org/10.22456/2236-6385.26027>

DINIZ, L. R. A. **Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. 378f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

FERREIRA, L. M. L. O leitorado brasileiro na Tailândia: uma contribuição para o debate a respeito do papel do professor-leitor. **Revista do GEL**, v. 11, n. 1, p. 10-29, 2014. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/rg/article/viewFile/17/274>. Acesso em: 14 ago. 2018.

NYE, J. S. Soft Power. **Foreign Policy**, n. 80, Twentieth Anniversary (Autumn), p. 153-171, 1990. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1148580?read-now=1&seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 14 ago. 2018. DOI <https://doi.org/10.2307/1148580>

NYE, J. S. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004. p. 175.

NÓBREGA, M. H. Políticas linguísticas e internacionalização da língua portuguesa: desafios para a inovação. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 24, p. 417-445, 2016. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/8603>. Acesso em: 10 abr. 2018. DOI <https://doi.org/10.17851/2237-2083.24.2.417-445>

OLIVEIRA, L. M. **Programa de Leitorado: diálogo entre política linguística externa e formação de professores de PFOL no Brasil**. 278f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

SÁ, D. S. O leitorado brasileiro em Manchester: política linguística e ensino de português como língua estrangeira. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa**, n. 39, p. 31-40, 2009. Disponível em: http://api.ning.com/files/6sTIkUNHiRTL*IvYoORCf1vSLDBTwW-oxaZ-P4dHwvrI5RQSI4x*ExXNrgAYMpt-5uP-Ue8l0bisbiUu5w*1RVdFK6fPu6ox/artigo1.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA, D. B. O Passado no Presente: História da Difusão e Promoção da Língua Portuguesa no Exterior. In: XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2010, Rio de Janeiro (RJ). **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**. Rio de Janeiro: Cifefil, 2010. v. XIV. p. 3018-3034.

SILVA, S. D. J. Descendentes de falantes de português nas classes de PFOL: um público que merece atenção específica. In: SÁ, R. L. (org.). **PFOL (Português para Falantes de Outras Línguas): interculturalidade, inclusão social e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes, 1ª ed., 2016. p. 87-115. DOI <https://doi.org/10.29327/2.1373.1-16>

WOUK, M. D. Ensino de Línguas Estrangeiras. **Revista Letras**, v. 25, p. 231-244, 1976. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19551/12775>. Acesso em: 01 set. 2018. DOI <https://doi.org/10.5380/rel.v25i0.19551>

Artigo recebido em: 31.03.2019

Artigo aprovado em: 19.12.2019